



*[Handwritten signature]*

28

**Reunião pública** – Ata n.º 01/2016

**Data** 2016-01-04

**Início** 14.35 horas

**Local** Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

**Termo:** 17.35 horas

**Presenças:**

<b>Presidente</b>	Anabela Gaspar de Freitas
<b>Vereadores</b>	João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	Rui Miguel dos Santos Serrano
	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

**Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**

-----  
**Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos:** -----

**BALANCETE** -----

**PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE:** -----

**N.º 01 – REGULAMENTO INTERNO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO ASSOCIATIVISMO**  
– alteração aos artigos 4.º e 9.º (85/PPRC/PR/2015) -----

**N.º 02 – APOIO AO ASSOCIATIVISMO EM 2016 – definição das atividades a apoiar e valores máximos do apoio** (84/PPRC/PR/2015) -----

**INFORMAÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE:**-----

**N.º 03 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS NA SENHORA PRESIDENTE – despachos ao abrigo da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro** (83/PPRC/PR/2015)-----

**N.º 04 – REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS – Lei n.º 52/2015, de 9 de junho** (8885/ENTE/DAJA/2015 - 5/ENTEXT/PR/2013)-----

**N.º 05 – MEMORANDO DOS ASSUNTOS ABORDADOS NA REUNIÃO COM A EPAL** (9366/ENTE/DAJA/2015 - 1/ENTEXT/PR/2013)-----



*[Handwritten signature]*  
29

- DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----**
- N.º 06 – CEDÊNCIA DE VEÍCULO LIGEIRO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR (8366/ENTE/DAJA/2015 - 1/VIATEQ/DOM/2013)-----**
- N.º 07 – CEDÊNCIA DE GASÓLEO PARA ABASTECIMENTO DO AUTOCARRO DO UNIÃO FUTEBOL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE TOMAR (120/PGEN/PR/2015 - 15/DIVER/PR/2013)-----**
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----**
- N.º 08 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (138/PEDI/DGT/2015 - 454/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 09 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (137/PEDI/DGT/2015 - 453/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 10 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (136/PEDI/DGT/2015 - 450/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 11 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – CADUCIDADE – PROCESSO 1394/1996 – Eduardo Carvalho S. Calvário (106/PGEN/DGT/2015 - 198/EDIF/DGT/2015)-----**
- N.º 12 – CERTIFICAÇÃO DO DESTAQUE DE UMA PARCELA DE TERRENO EM ALTO DA VENDA NOVA, QUEIMADAS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASAIS E ALVIOBEIRA (161/ECER/DGT/2015 - 688/EDIF/DGT/2015)-----**
- DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----**
- N.º 13 – ARRENDAMENTO E SUBARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS DE PRÉDIO URBANO PROPRIEDADE DA FUNZONE - SOCIEDADE DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA, LDA (8884/ENTE/DAJA/2015 e 4616/ENTE/DAJA/2015 - 4/CONTAV/DAJA/2014)-----**
- N.º 14 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE REVERSÃO DO LOTE 47 DO PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR - Processo 730/2011 (13/PPSR/GDE/2015 - 35/DIVER/DAJA/2015) -----**
- DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----**
- N.º 15 – CONTRATO DE CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO CINETEATRO PARAÍSO PARA EXIBIÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE CINEMA (8564/ENTE/DAJA/2015 - 7/ESPEQ/DTC/2014) --**
- UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE: -----**
- N.º 16 – UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR – Sporting Clube de Tomar (8708/ENTE/DAJA/2015 - 1/CEDESP/UDJ/2014)-----**
- N.º 17 – UTILIZAÇÃO DE CAMPOS DE TÊNIS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL – Ténis Clube de Tomar (9018/ENTE/DAJA/2015 - 11/CEDESP/UDJ/2014) -----**



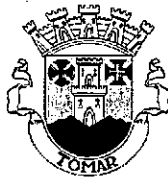
g.  
A

**N.º 18 – UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO DA NABÂNCIA PELO GINÁSIO CLUBE DE TOMAR - revogação da deliberação de 11 de Junho de 2014 (216/PGEN/UDJ/2015) -----**

**N.º 19 – TABELA DE PREÇOS DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS DO MUNICÍPIO DE TOMAR (217/PGEN/UDJ/2015 - 1/GESTPLA/UDJ/2014) -----**

**Sendo catorze horas e trinta e cinco minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, e deu início ao período de Atendimento ao Público. -----**

**A Associação Os Amigos do Fado de Tomar,** representada pelo **Sr. António Garcia Leiria,** informou que pretende aqui mostrar o seu descontentamento relativamente ao programa de apoio ao associativismo porquanto apresentou candidatura para dois mil e quinze e, da troca de comunicações com a dirigente da Divisão de Turismo e Cultura, foi questionado quanto ao montante do apoio financeiro que pretende da Câmara Municipal, pergunta que não percebe pois parece-lhe que a Câmara é que sabe o apoio que deve atribuir. Sublinhou que lhe foi referido que, da descrição financeira que apresentaram, mesmo sem apoio, a atividade gera receitas que cobrem as despesas, e que as despesas com a renda, a água, a eletricidade ou a contabilidade não são consideradas para o apoio. Perguntou se as outras associações estão todas a dar prejuízo, porque é que não é dado apoio a esta associação – não tem bar nem ringue para explorar e não faz festas anuais mas tem feito muita coisa em prol da cultura, nomeadamente do fado, os seus sócios e amigos, por carolice, têm ido à televisão, à rádio, ao Grande Prémio do Fado - que entende ser merecedora de um bocadinho de apoio. Salientou que o fado é património imaterial da humanidade e parece-lhe que a Câmara está a passar um bocadinho ao lado desta associação, até porque foi publicado num jornal local que lhe ia ser atribuído um apoio de quatrocentos e dez euros e, agora, pelo que lhe foi dito, é zero. Salientou que é evidente que têm que ter receitas mas também é evidente que têm que pagar a renda, a água e a luz, e, se estiverem um ou dois meses sem fazer atividades - como aconteceu quando teve que ser internado - as despesas têm que ser pagas e precisam de ter algum suporte para lhes poder fazer face. Referiu que o único apoio que têm vem dos sócios e amigos, que ajudam como podem e a quem estão gratos, e que, se fosse pessoa de deitar a toalha ao chão já o tinha feito. Deu o exemplo da associação similar que existe em Benavente, a quem a Câmara deu um terreno para construir a sede, e em Matosinhos, a quem a Câmara deu um espaço para a sede. Disse que, em Tomar, tiveram que lutar muito para ter uma sede - se calhar assim têm mais orgulho nela, tiveram que trabalhar mais e mais, têm as suas coisas sem ficar a dever favores a ninguém – mas também é verdade que há uma associação que trabalha há três anos a quem a Câmara já deu uma sede. Disse que a Câmara conhece o



9  
M

plano de atividades da associação e gostava que comparecesse quando promovem fados até porque se trata de uma associação que não passa em vão perante os olhos do mundo, como o comprova o telefonema que recebeu de uma compatriota, fadista, radicada na Alemanha, que quer que a associação lhe indique nomes de fadistas para irem cantar naquele país, assim como deu a conhecer uma fadista que cantou recentemente na Suíça e na América, e vai voltar a este país de março a maio deste ano. Salientou que o nome de Tomar vai a muito lado através dos fadistas desta associação, ajudam muitos fadistas e sentem orgulho nisso. Salientou que, antes de a associação nascer praticamente não havia fado em Tomar – havia uma noite de fados em Carvalhos de Figueiredo e na Linhaceira - e, agora, é fado nos cafés, nos restaurantes e em todo o lado, puseram a cidade a mexer nesta área e estão muito orgulhosos disso. Sugeriu que, quando há programas televisivos em Tomar podia ser convidado um fadista da associação para estar presente pois tal nunca aconteceu, e não percebe porquê porque, noutras localidades, há sempre um artista/cantor da terra e em Tomar não, nunca foram convidados para nada. Disse que é o sócio número um da associação e nunca desistirá, mesmo que conte apenas com os sócios e amigos, que muito têm trabalhado para que ela seja o que é. Deu conhecimento que há uma fadista a quem ajudaram a subir, que apresentou recentemente o seu primeiro CD em Sintra, a sua terra, que escolheu Tomar para fazer o seu primeiro concerto, perguntando a quem se há-de dirigir e como deve proceder para realizar o concerto no Cineteatro (sabe que as associações terão direito a uma ou duas vezes por ano), quais os apoios com que podem contar, se podem ou não cobrar entradas e quais os trâmites legais a observar para avançar com este projeto. -----

**A Sra. Presidente** informou que o apoio ao associativismo para dois mil e dezasseis ainda não está decidido, só hoje vem à reunião a alteração ao regulamento e a definição das atividades a apoiar e os valores máximos do apoio a atribuir. No que se refere ao apoio ao associativismo referente a dois mil e quinze, em que o município viu publicitado o apoio de quatrocentos e dez euros à Associação dos Amigos do Fado, informou que a Câmara ainda não efetuou todos os pagamentos. Informou que o apoio ao associativismo tem três vertentes: logística, equipamentos e financeiro - quando os serviços perguntam qual o apoio que pretendem é no sentido de saber que tipo de apoio é pretendido pois precisam de contabilizar isso tudo para reporte à DGAL, em janeiro de cada ano – e divide-se ainda em apoio à atividade regular, num determinado montante, e em apoio a eventos, devendo, em qualquer dos casos, ser apresentado um conjunto de documentos aos serviços municipais que rececionam e analisam as candidaturas. Informou que a questão do concerto deve ser



*[Handwritten signature]*

abordada com a Dr.<sup>a</sup> Ana Soares, para acerto de datas e outros pormenores, pois efetivamente o regulamento do Cineteatro prevê um conjunto de utilizações anuais gratuitas para as associações sedeadas no concelho. No que se refere aos programas televisivos, informou que a Câmara Municipal apenas dá apoio logístico e que compete às produtoras selecionar quem participa nos programas. -----

**O Sr. António Leiria** referiu que, com certeza, não é a televisão que sabe quem são os fadistas ou as figuras da terra, que alguém terá que indicar um nome pois, se assim não for, questiona-se como é que a produtora conhece as pessoas.-----

**A Sra. Presidente** disse que a pergunta terá que ser colocada às produtoras pois não sabe como é que fazem o seu trabalho.-----

**O Sr. António Leiria** referiu que a Associação ainda não recebeu o apoio às marchas atribuído pela Junta de Freguesia e que não tem apoio de ninguém, nem da Junta de Freguesia, a quem até tem que pagar as licenças de ruído inerentes às atividades que promove. -----

**O Sr. Américo Costa** disse que é uma pessoa de lutas e que, quando encontra pessoas que o querem travar e calar, mais vontade tem para continuar. Referiu que tem vários assuntos para abordar, mas começa por aquele que atingiu a sua família, uma tentativa de humilhação e caricatura, que motivou a reclamação número cento e quarenta e quatro mil trezentos e oitenta e um, efetuada em treze de março de dois mil e quinze, na Divisão de Gestão do Território, visando a senhora Presidente e o então senhor Vice-Presidente. Disse que o Executivo de que a Sra. Presidente é responsável foi conivente com três episódios que considera muito graves, um deles contra a sua família e que é isso que o faz mover montanhas: - Primeiro, mandou um fiscal camarário, acompanhado de dois polícias, à loja do seu pai, José Fernandes Costa, mais conhecido por Sr. Zézinho, o comerciante mais antigo de Tomar - se todos fossem como ele, se calhar, a cidade não estava como está e talvez até fosse capital de distrito -, com oitenta e quatro anos de idade e alguns problemas de saúde inerentes à idade, interrogá-lo, caricatamente e com total falta de respeito, se tinha colocado uma árvore de natal com quatro metros de altura e noventa quilos de peso; - Segundo, a sua indignação e pena como usou um empregado camarário para tão triste filme, desrespeitando, na sua opinião, toda a classe trabalhadora que o mesmo representa; - Terceiro, o desrespeito total pela lei, na qual está obrigada a dar uma resposta, por escrito, à reclamação que identificou, conforme lhe foi explicado pelo novo Chefe de Gabinete, quem o informou dos seus direitos, sendo um deles o direito à resposta da Sra. Presidente, por escrito, no prazo de trinta dias, prazo que há muito foi ultrapassado. Disse que a Sra. Presidente continua a desrespeitá-



*[Handwritten signature]*

lo com o silêncio, assim como desrespeita os tomarenses que em si votaram, porque não está acima da lei, é um cidadã como qualquer outro, tem que cumprir a lei e, neste caso, tem trinta dias para dar resposta por escrito. Referiu que, quase um ano depois, continua à espera que o faça, que justifique toda aquela ação rocambolesca. Disse que a Sra. Presidente não deve querer dizer nada sobre o assunto porque não tem palavras, porque não há justificação para tais atos. Informou que uma comissão de pessoas da Pedreira, e também ele, como pessoa preocupada com o Rio Nabão, estão preocupadas com aquela conduta da Rua da Fábrica do Prado, na Pedreira, com cerca de quilómetro e meio, que mais não é que uma fossa, pois não existe a ETAR que estava previsto construir e não tem fim à vista. Questionou se os serviços vão todas as semanas despejar a conduta de quilómetro e meio e sublinhou que as pessoas estão a pagar mas não têm mais do que uma fossa, para além das fossas que tinham foi construída uma outra. Disse que a Sra. Presidente também não deve saber nada disso e não deve ter nada para lhe responder, vão continuar no jogo do gato e do rato. Por si, disse, tem muito tempo, não é político, talvez seja esse o ponto principal em que não o podem prejudicar absolutamente em nada, não depende em nada desta Câmara, não recebe nem um tostão desta Câmara e tudo o que faz é em regime de voluntariado. -----

**Terminado o período de atendimento ao público, a Sra. Presidente deu início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções:** -----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** começou por se referir à reunião havida com o Sr. Ministro e com o Sr. Secretário de Estado da Saúde, na qual participaram também a Sra. Presidente e os Srs. Deputados António Gameiro e Hugo Costa, eleitos pelo distrito de Santarém nas listas do PS. Deu conta de que a reunião revelou, da parte da tutela, algumas ideias que, a concretizarem-se, no mínimo, ajudariam a solucionar alguns problemas do Centro Hospitalar do Médio Tejo. Informou que o Sr. Ministro mostrou ter algum conhecimento da situação da prestação de cuidados de saúde pelo CHMT, sabendo enquadrar a situação da região envolvente a Tomar. Defendeu que a intervenção do Dr. António Gameiro foi positiva porque colocou bem as questões, enquadrou-se muito bem, mostrou uma completa sintonia com as posições de Tomar e, dizendo que podia falar em nome do Presidente da Câmara Municipal de Ourém, reivindicou para Ourém exatamente o mesmo que estávamos a pedir para Tomar, dizendo ao Sr. Ministro que, resolvidos estes problemas, não ouvirá mais ninguém de Ourém falar em Leiria, que, resolvendo estes problemas, a situação fica perfeitamente resolvida. Considerou que foi importante enquanto imagem perante a tutela. Referiu que o Sr. Ministro



também mostrou ter algumas ideias diferentes do seu antecessor acerca destas questões, nomeadamente tudo aquilo que se refere a hospitais de referência, abrindo claramente a hipótese de haver liberdade de os doentes poderem fazer as suas opções dentro do SNS pelas unidades que melhor lhes conviessem e onde tivessem até mais apoio familiar, pondo mesmo a questão de poder vir a estudar a hipótese de fazer uma experiência piloto na Unidade de Tomar acerca desta posição que assumiu. Disse que o Sr. Ministro mostrou algum agrado pelas orientações que o atual Conselho de Administração tem vindo a manifestar, de descentralização, de defesa que a medicina interna e as urgências pudessem ter uma dignidade e uma resposta como deve ser às populações que vivem na região de Tomar, Ourém e Ferreira do Zêzere, contrariando e condenando a anterior gestão do CHMT, levada a cabo pelo Sr. Esperancinha, que não só concentrou como despediu médicos e outros funcionários necessários ao bom funcionamento do Hospital. Disse que está no espírito do Sr. Ministro avançar e apoiar essa descentralização e, face a tudo o que foi colocado pela Sra. Presidente, e pelas pessoas presentes, o Sr. Ministro, imediatamente, deu ordens ao Sr. Secretário de Estado para marcar uma reunião urgente com o Conselho de Administração do CHMT, para poder com ele debater todos estes problemas. Referiu que há, no entanto, um problema com que o Sr. Ministro se vai confrontar quando quiser resolver, que é a falta de médicos, porque houve médicos que saíram (muitos), entraram muito poucos (só onze) e é superior o número dos que se reformaram e dos que saíram, a situação é muito má a nível do corpo clínico e ele vai ter que encontrar medidas que possam de alguma maneira dar alento às pretensões de Tomar. Disse que, também aí, o Sr. Ministro pôs a hipótese de ir buscar médicos internistas aos hospitais de Coimbra, numa parceria que pudesse ser estabelecida, e dar apoio ao Hospital de Tomar. Saliu que não pensa que as coisas estejam resolvidas, devem estar muito atentos e insistir - segundo julga saber, a Sra. Presidente insistiu, ou irá insistir, numa reunião com o Conselho de Administração do CHMT para equacionar todas estas questões - mas pensa que há intenção e abertura da tutela de inverter a atual situação. Sublinhou que o grande responsável pela situação a que chegou o hospital é efetivamente a Administração presidida pelo Esperancinha, que não só despediu profissionais como concentrou e deu alento à criação de empresas dos seus amigos, onde ia buscar médicos para trabalhar como freelancers no CHMT, que não foi esta Administração que, a partir de dois mil e treze, o fez pois, nesse aspeto, está em contraciclo. Disse que está perfeitamente à vontade para criticar a atual Administração naquilo que acha que tem que criticar mas também tem que reconhecer que, em termos de conceção, a anterior administração era efetivamente no sentido de despedir, de



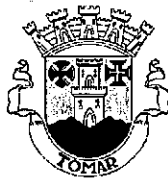
9  
M

concentrar e de dar trabalho a empresas de amigos, e a atual administração não tem essa visão, sendo certo que os médicos faltam e, sem médicos, as urgências ficam prejudicadas e a medicina interna nas três unidades hospitalares continua, também, a ficar prejudicada.-----

**A Sra. Presidente** realçou que foi isto o que de essencial se passou na reunião e que vai tentar, novamente, agendar reunião com o Conselho de Administração do CHMT, de cuja data dará conhecimento logo que possível.-----

**O Sr. Vereador João Tenreiro** disse que a primeira informação que o Vereador Bruno deu saiu no site da Câmara e poderia, e deveria, ter sido enviada previamente aos vereadores que não estiveram presentes na reunião. Disse que não esteve presente na reunião com o Sr. Ministro, não foi convocado para estar – nem tinha que o ser – mas poderia ter recebido esta informação antes de ser tornada pública, até porque, já várias vezes, pediu ao Sr. Vereador que estes relatórios que aqui faz das várias reuniões que tem com os agentes da saúde de Tomar, até para poupar tempo, pudessem ser enviados por escrito aos vereadores. Disse que tal não aconteceu e ficaram a saber o que se passou pela comunicação social e pelo site da Câmara, entendendo que não é correto da parte da Sra. Presidente ter feito chegar a informação à comunicação social antes de a ter feito chegar aos vereadores, mas já não é a primeira vez que acontece. Disse que pensava que ia mudar alguma coisa mas, afinal, para já, mudou, mas para pior. Disse que, na altura, não tinha nenhum cargo político da Câmara, mas, enquanto Presidente do PSD e membro do partido, também nunca foi muito a favor da gestão do Eng.º Esperancinha, sempre disse que o que ele fez foi algo sem critérios e ao sabor do vento - o Vereador Bruno fez as afirmações que fez, as quais o vinculam, mas não quer entrar por aí, não vai tão longe, sendo certo que a gestão que foi feita foi desastrosa para o concelho de Tomar. Reafirmou que não temos hospital em Tomar, que o PSD reafirma que um edifício que não tenha urgências médico-cirúrgicas e medicina interna não é hospital, é um mero centro de saúde que, por acaso, tem medicina legal, que, por acaso, tem urgência programada, mas, verdadeiramente, hospital não é. Disse que, da reunião feita o que saiu foi uma verborreia total porque o que ficou combinado foi o Secretário de Estado marcar uma reunião com o Conselho de Administração. Perguntou que contributos é que o Município de Tomar deu, ou fez, para ter um plano de ação da saúde para que, depois, possamos, junto dos governantes, demonstrar que estamos certos e eles estão errados, porque o Eng.º Esperancinha já lá não está há muito tempo, já saiu há mais de dois anos, e continua tudo na mesma. Disse que, na última reunião, foi dito pelo Eng.º Bruno que a medicina interna foi para Torres Novas porque, em Torres Novas, os médicos mostraram quase um trabalho voluntário





de querer fazer aquele trabalho de medicina interna, e em Tomar não. Sublinhou que, agora, através da comunicação social, veio a saber que houve uma médica que veio dizer outra coisa, houve uma contradição a este assunto, o que o leva a dizer que, se houvesse um plano de ação para a saúde em Tomar, concreto, se calhar não assistiam a atos destes ou confrontações destas. Disse que, nestas reuniões, é muito fácil dizerem-nos o que querem, e teme que, esta reunião em particular, tenha sido apenas uma reunião para beber chá e para ouvir. Disse que, de acordo o Vereador Bruno Graça foi positiva a intervenção do Dr. António Gameiro, que é deputado na Assembleia da República, onde também temos um deputado de Tomar, a par de um governo com a muleta da CDU, neste momento, pelo que entende que, agora, é simples, basta apresentar um projeto de resolução - o Dr. António Gameiro pode-o fazer, podem até aqui deliberar e exigir isso -, agora não há desculpa. Disse que se, até agora, criticava o governo PSD - sempre criticou - por fazer ouvidos moucos à questão da saúde em Tomar, agora que temos um governo PS com a muleta da CDU - como, aliás, acontece nesta Câmara, onde não é muleta, há uma coligação -, se o Dr. António Gameiro está empenhado, tem capacidade para apresentar um projeto de resolução na Assembleia da República e avançar. Realçou que foi dito que o Ministro mostrou ter algum conhecimento do que se passava em Tomar e sublinhou que um Ministro tem que ter o conhecimento todo, é das primeiras coisas que se deve inteirar, não basta ter algum conhecimento do que se passa em Tomar, pois o que se passa em Tomar quanto ao Hospital é muito grave, já há muitos anos. Disse que espera que esta reunião não tenha servido só para tirar fotografias e colocar no site da propaganda da Câmara Municipal e reafirmou que, da parte do PSD, podem contar com todo o apoio, a qualquer hora, desde que os contactem previamente - da última vez, foi em cima da hora - para qualquer ajuda, independentemente de ser o PSD ou o PS a estar no governo, podem contar com o PSD para qualquer iniciativa, para qualquer trabalho, para qualquer evento que entendam, para o bem da saúde em Tomar, porque, caso contrário, andam todos a remar, cada um para seu lado, e não passa de uma reunião para inglês ver. Referiu que diz isto independentemente do governo ser PS ou PSD, porque também o disse relativamente ao Secretário de Estado anterior, que era do seu partido, e fez aqui várias críticas. Disse que, nas questões da saúde devem estar todos unidos e ver, acima de tudo, as questões da terra. Reafirmou que é preciso um plano de ação na saúde para Tomar, que temos um vereador com o Pelouro da Saúde e o plano já devia ter sido feito, mas ainda hoje não existe, para evitar que apareçamos lá e fiquemos só a ouvir o que nos dizem, e, depois, não dar em nada. Referindo-se ao concurso para técnico de informática, a que concorreu o anterior chefe de gabinete, Sr.



37

Luís Ferreira, tendo em atenção que a Sra. Presidente já confirmou que o mesmo concorreu, perguntou se o concurso já terminou e se o Sr. foi nomeado e já é técnico de informática da Câmara Municipal. Disse que precisa da resposta porque ainda hoje não obtiveram resposta ao requerimento que, a vinte e oito de setembro do ano findo, o PSD apresentou sobre esta questão. Referiu, mais uma vez, algumas queixas de algumas associações, por ainda não terem sido feitos os pagamentos referentes aos contratos-programa de dois mil e quinze, sublinhando que as associações consideraram essas verbas nos respetivos orçamentos e estão a fazer conta com esse dinheiro para fazer face às suas despesas e aos seus pagamentos, algumas até para pagar aos funcionários. Questionou como está a situação. No que se refere ao Tomar Natal e às isenções concedidas nos parques de estacionamento em determinados dias de dezembro, tendo em conta que houve pessoas, nomeadamente comerciantes e moradores do centro histórico, que, tendo uma avença, durante o dia, não conseguiram estacionar porque os parques estavam cheios, perguntou se está previsto alguma compensação para essas pessoas que pagaram e não puderam estacionar. Perguntou qual o ponto da situação das hortas sociais, recordando que, em quatro de agosto de dois mil e catorze, a Câmara Municipal aprovou o regulamento de acesso e utilização das hortas municipais de Marmelais; no dia dezoito do mesmo mês, o regulamento foi publicado no Diário da República, para apreciação pública; a vinte e quatro de novembro do mesmo ano o referido regulamento foi aprovado pela Assembleia Municipal; e, finalmente, no dia cinco de março de dois mil e quinze, há quase um ano, a Câmara Municipal publicou no Diário da República o aviso da respetiva aprovação. Referiu que começou sua intervenção pela saúde para que a Sra. Presidente não o acuse de ter começado por algum ponto que não era importante, embora, para si, os pontos sejam todos importantes.-----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** disse ao Sr. Vereador Tenreiro que é reconhecida aos advogados a habilidade para jogarem com as palavras, que, às vezes, falam sem dizer grandes coisas mas parecendo que estão a dizer coisas muito importantes. Disse que já está muito velho para ir nessa onda, não é advogado, gosta das coisas muito práticas, muito diretas e não vai por aí. Disse que, para si, não vale a pena ir por aí, vale mais dizer o que se tem a dizer e ponto final. Disse que, quanto a um dos problemas que o Sr. Vereador aqui levantou, a muito curto prazo, poderão ver o que é que o seu partido vai fazer, talvez não falte uma dúzia de dias para ficarem a saber se o PSD está, ou alguma vez esteve, tão empenhado assim em resolver os problemas do CHMT. Salientou que não disse aqui que os médicos de Torres Novas se tinham voluntariado para, o que disse foi que o Conselho de Administração tinha justificado



9  
M

a sua atitude por esse motivo, se é verdade ou se é mentira o Sr. Presidente do Conselho de Administração e a Sra. Diretora Clínica dirão. Disse que, pessoalmente, não o sabe, não falou com nenhum dos médicos, não os conhece, não sabe quem são nem de onde são, mas sabe que foi dito que avançaram para ali face à disposição dos médicos de Torres Novas, que a Sra. os acompanhou para por o serviço a funcionar, coisa que, pelos vistos, está mais complicada do que podia parecer naquela altura porque, agora, já se diz que é só para março – é o que se diz, não foi a Administração que o disse. Referiu que, nessa altura, a Sra. Diretora Clínica disse também que os médicos de Tomar não tinham mostrado essa disponibilidade, mas também não sabe se é verdade ou se é mentira - não sabe quantos médicos existem em Tomar em medicina interna, quais é que têm cá residência - mas pode dizer que, antes do Sr. Vereador falar e da comunicação social dizer, veio uma médica falar consigo dizendo que vivia em Tomar e estava disponível para fazer o que os colegas teriam feito em Torres Novas. Disse que, quando o assunto apareceu na comunicação social não foi novidade para si porque a médica que deu a informação para a radio Hertz já tinha falado consigo, se calhar por sugestão de alguém que o conhece bem. Disse que a questão da medicina interna e das urgências se resolve de outra maneira, quando o governo for capaz de avocar para si a capacidade de definir os numerus clausus para os hospitais e para a medicina em Portugal, assim como dos próprios estágios, porque, neste momento, a Ordem dos Médicos manipula tudo o que lhe convém para ter mercado de trabalho. Disse que isso é dito pelas pessoas responsáveis do Ministério, há muitos anos, e até houve alguém responsável que lhe disse que, no dia em que o Ministro Correia de Campos manifestou junto de responsáveis do governo que ia avocar essa capacidade estava demitido dois dias depois. Disse que gostaria de ver o Sr. Vereador a presidir à administração do CHMT para ver se era capaz de resolver o problema. Sublinhou que, quando disse que o Dr. Gameiro tinha tido uma boa intervenção não esteve a pensar se ele era do PC, do PEV, do BE ou de qualquer outro partido, teve uma boa intervenção para Tomar e ponto final, quer lá saber do que é. Disse que, só por isso, valeu a pena ter ido - embora possa levantar outras questões acerca de ele ter ido – porque, de facto, defendeu muito bem, colocou as questões muito bem e deu muita força à posição de Tomar. Disse que nem o Gameiro, nem o Hugo Costa, ou qualquer vereador, conseguem inventar médicos, e que, hoje, em todo o país, a questão que se coloca é que não há profissionais para distribuir, como é necessário, pelos hospitais e que isso se resolve quando forem mais longe e virem porque é que não há profissionais, porque é que não há estágios, porque é que os numerus clausus estão tão baixos. Disse que, quando conseguirem descobrir e atuar aí – se



*[Handwritten signature]*

calhar, vai durar algum tempo ainda – podem vir a ter médicos para colocar nos hospitais e dar resposta às necessidades. Recordou que, tendo por base as informações prestadas pelo Conselho de Administração, curiosamente, todos os lugares de enfermeiros foram ocupados, e vão entrar ainda mais trinta e sete, não há falta de técnicos de saúde e estão os lugares todos preenchidos, mas já vai no quarto concurso e não se conseguem médicos de medicina interna, que essa é que é a questão, que há-de resolver-se de outra maneira, quando o governo for capaz de combater os lobbies que, efetivamente, dominam e estrangulam a prestação de saúde e o SNS, quando forem capazes de fazer isso o problema fica resolvido. No que se refere às hortas comunitárias, informou que já deviam estar a funcionar, ou bem mais adiantadas do que estão, mas tal não pode acontecer sem o sistema de rega estar montado. Disse que estão dois técnicos do Município a elaborar um projeto para o sistema de rega a partir do rio e que, logo que o projeto esteja implementado, as hortas avançam rapidamente porque as coisas estão todas preparadas para o fazer.-----

**A Sra. Presidente** informou que temos algum atraso nos pagamentos dos apoios ao associativismo tendo em conta que deram um incremento aos pagamentos às associações de pais, dada a situação de atraso que encontraram, mas a situação vai ser resolvida o mais rapidamente possível. No que se refere ao Tomar Natal e à utilização dos parques de estacionamento, lembrou que estas situações estão previstas no regulamento de utilização dos parques e a autarquia só terá de indemnizar as avenças caso deixem de poder utilizar o parque na sua plenitude por prazo superior a dez dias. Relativamente ao concurso de técnico de informática, e a todos os outros que estão a decorrer, reiterou que está a decorrer o prazo do CPA para as pessoas poderem reclamar e nenhum dos concursos está concluído.-----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** apresentou a seguinte declaração em nome da CDU: Em novembro de dois mil e treze, a CDU apresentou à Sra. Presidente uma proposta para ser criada uma equipa de trabalho que elaborasse um estudo sobre a situação financeira do Município e perspetivasse a sua reestruturação e saneamento. Na mesma altura, manifestou a opinião que a nomeação do Sr. Luís Ferreira para seu Chefe de Gabinete era um erro que traria, a curto/médio prazo, prejuízo ao trabalho que iria ser colocado ao executivo. A personalidade e perfil do nomeado não se ajustavam ao desempenho do cargo. Nem a proposta nem a opinião foram tidas, na altura, em conta. Alguns poucos meses passados, o comportamento do Chefe de Gabinete confirma as preocupações da CDU, o qual passa também a ser contestado pelos dois Vereadores do PS, tendo sido consensualizado, por proposta dos dois Vereadores do PS, que o Chefe de Gabinete passaria a tratar exclusivamente



*[Handwritten signature]*

40

de assuntos de proteção civil passando o seu gabinete para o quartel dos Bombeiros. Rapidamente verificámos que esta decisão não passou de uma mera conversa de intenções. Em dezembro de dois mil e catorze, as contradições entre os Vereadores do PS e o Chefe de Gabinete agudizaram-se em resultado de comportamentos sucessivos deste, altamente negativos para a imagem e trabalho coletivo do executivo. A Sra. Presidente, face à situação, assumiu o afastamento do seu Chefe de Gabinete como uma decisão indispensável, primeiro até à Assembleia Municipal de fevereiro de dois mil e quinze, depois até à Assembleia Municipal de abril, depois até à Festa dos Tabuleiros, depois até à semana seguinte às eleições de quatro de outubro e, finalmente, até um de novembro de dois mil e quinze. Nos últimos meses deste ano vieram a ser abertos concursos de mobilidade, entre os quais um lugar de técnico de informática, o que levou de imediato a ser levantada a dúvida no seio da opinião pública se tal não teria em vista a possibilidade de o Chefe de Gabinete vir a concorrer e a conseguir fixar o seu local de trabalho em Tomar. A dois de outubro, a CDU fez chegar à Sra. Presidente a seguinte moção, por escrito, sobre esta situação: "A CDU de Tomar, tendo tomado conhecimento por parte do vereador da CDU, Bruno Graça, da entrada de requerimento com pedido de procedimento de mobilidade interna para a carreira de técnico de informática do Sr. Luís Ferreira, Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência, decidiu proceder a esta informação e comunicação à Sra. Presidente da Câmara Municipal de Tomar. A CDU de Tomar considera que a decisão do Sr. Luís Ferreira de concorrer ao procedimento de mobilidade interna na sua carreira, passando de funcionário do Município de Alpiarça para o de Tomar é uma decisão do foro pessoal. Contudo, a CDU de Tomar manifesta a sua total discordância com o processo e demarca-se deste por considerar que ele ofende os mais elementares princípios da ética democrática e política. A CDU de Tomar considera que o processo compromete irremediavelmente a credibilidade da gestão do Executivo Camarário e prejudica de forma irreversível a sua ação futura, o que é inaceitável.". Porque nada aconteceu até um de novembro, foi enviado o seguinte documento ao Sr. Presidente do PS em Tomar, c/ conhecimento à Sra. Presidente da Câmara e aos Srs. Vereadores Hugo Cristóvão e Rui Serrano: "No seguimento da comunicação de dois de outubro de dois mil e quinze, dirigida à Sra. Presidente da Câmara, informando a posição da CDU sobre o pedido de procedimento de mobilidade interna do Sr. Luís Ferreira, realizaram-se duas reuniões entre os responsáveis do PS e da CDU, a seis de outubro e vinte e três de outubro. Na primeira reunião, com o Presidente da Concelhia de Tomar, Hugo Costa, e a Presidente da Câmara, Anabela Freitas, foram abordados essencialmente dois assuntos - o pedido de mobilidade do Sr. Luís Ferreira e



9

11

a sua continuidade ou não como Chefe de Gabinete, e a reorganização das competências dos Vereadores. Na segunda reunião, a vinte e três de outubro, com o Presidente da Comissão Concelhia do PS, para além dos dois anteriores assuntos, foram analisados mais dois: a coordenação e articulação indispensável à ação política a nível da gestão da Câmara, em particular a preparação das ordens de trabalho e posição a assumir nas reuniões, através de reuniões de trabalho entre a Sra. Presidente da Câmara e os três Vereadores; a marcação de reunião de trabalho entre o PS e a CDU para analisar aprofundadamente algumas matérias e elaborar propostas resultantes desses estudos. O PS assumiu que estes ajustamentos ao trabalho político que vem sendo realizado estariam implementados a um de novembro de dois mil e quinze. Sucede que: - Um: as reuniões dos Vereadores com a Sra. Presidente da Câmara para articulação e coordenação da ação política continuam a não ocorrer; há mais de três meses que não se realiza nenhuma reunião entre os quatro eleitos; - Dois: Nada foi avançado sobre o posicionamento do Sr. Luís Ferreira na estrutura do Município; - Três: A redistribuição das competências continua por se realizar; - Quatro: Decorreram duas reuniões entre o PS e a CDU sobre a situação financeira e outra sobre os SMAS, com uma abordagem à situação de acordo com os vários serviços prestados: recolha de resíduos sólidos, limpeza da cidade, limpeza de contentores e distribuição de água e saneamento. Face ao exposto e à situação atual, a CDU decidiu que, enquanto não se implementarem as medidas que tinham sido previstas para produzir efeitos a um de novembro de dois mil e quinze, não aceitará quaisquer novas delegações de competências; passará a apresentar as suas próprias propostas em reunião de Câmara e Assembleia Municipal; tomará posições autónomas nas reuniões da Câmara e Assembleia Municipal face a propostas e posições apresentadas pelas diferentes forças políticas presentes nestes órgãos; passará a dar a conhecer, em cada momento, a posição da CDU sobre os diferentes problemas de Tomar; esperando que esta situação seja rapidamente ultrapassada para que possamos, em conjunto, encontrar as melhores soluções para o desenvolvimento do nosso Concelho.". Agora que os resultados dos concursos são do domínio público e que está confirmado que o Sr. Luís Ferreira irá entrar para o quadro do pessoal do Município, a CDU reafirma que todo este processo de mais de dois anos minou a confiança e a credibilidade do Executivo, internamente e junto da população do concelho, tornando-se o principal constrangimento ao longo destes dois anos do trabalho que era, e é, necessário desenvolver na ação política coletiva, que era esperado pela população do Concelho. A CDU irá continuar a desenvolver o seu trabalho autárquico na expectativa de que a Sra. Presidente assuma as decisões que há dois anos se impõem, criando as condições



*[Handwritten signature]*

indispensáveis ao pleno funcionamento do Executivo Municipal, confiando e responsabilizando cada um dos seus Vereadores, para que as potencialidades e as expectativas da população do Concelho possam finalmente ser concretizadas. -----

**O Sr. Vereador Rui Serrano** ditou a seguinte declaração para a ata: "Eu, Rui Miguel dos Santos Serrano, eleito pelo PS à Câmara de Tomar para o mandato dois mil e treze/dois mil e dezassete, atualmente exercendo as funções de vereador a tempo inteiro, venho por este meio comunicar a V.Ex<sup>a</sup> a minha renúncia aos pelouros que me foram conferidos pelo despacho número quatro barra dois mil e treze, de vinte e dois de outubro de dois mil e treze. Agradeço a todos os trabalhadores que me acompanharam com empenho e dedicação no acreditar que era possível fazer mais e melhor pelo Município, pela cidade e pelo concelho de Tomar, nestes dois anos de mandato. Um especial agradecimento ao Vereador Hugo Cristóvão, pelo seu apoio e empenho no acreditar que era possível a mudança para Tomar e para os tomarenses. Um agradecimento sentido ao Vereador da Coligação, Bruno Graça, sempre presente nos bons e maus momentos, e um agradecimento público de todo o apoio manifestado pelo Presidente da Assembleia Municipal de Tomar, Prof. José Pereira, na forma e atuação exemplar ao longo deste tempo. Mantereí a minha participação neste Executivo como vereador em regime de não permanência, cumprindo o mandato até dois mil e dezassete, enquanto eleito pelo PS nas últimas eleições autárquicas. Para todos os tomarenses, um bem hajam." -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** disse que começa pela política de saúde que, hoje, foi aqui muito mal tratada, pois é algo que os devia unir e é inexplicável que quem tem responsabilidade na saúde não promova o consenso, que se venha aqui constantemente falar de PSD ou PS, pois não interessa quem está no governo, na saúde têm que estar todos unidos. Recordou que já foi alvo de um ataque pessoal, logo na área da saúde, e a propósito da primeira reunião a que faltou ao longo de muitos anos, mesmo tendo informado de imediato que não podia estar presente. Disse que, sem chamar outras questões do passado, na saúde, cada um faz, e fez, o que pode - não tem explicações nem satisfações a dar a ninguém na área da saúde pois, no seu tempo, fez aquilo que lhe competia, e com sucesso - e só não fazem mais porque, muitas vezes, as coisas não são devidamente articuladas. Referiu que já teve informações públicas semelhantes às que o Vereador Bruno Graça aqui deu em relação à Administração do Esperancinha e, por isso, teve um processo em Tribunal, e aguentou, sem problema nenhum, e que, se tiver outros por causa das questões da saúde, questões que aqui têm obrigação de defender publicamente, aguentará, porque é obrigação dos eleitos atuar dessa maneira em defesa dos interesses de Tomar. Disse que é um facto concreto que a única



*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

vez que tiveram um relatório escrito de uma reunião de alguém da Câmara com alguém da saúde, foi quando a Dr.<sup>a</sup> Graça Costa esteve no Conselho Consultivo do CHMT, pois prestava informação escrita de todas as reuniões em que participava, dela dando conhecimento a todos os vereadores, previamente a ser tornada pública. Disse que já perceberam que, com a coligação PS/CDU não é assim, as informações primeiro são públicas e só depois é que são comunicadas aos vereadores, os quais têm aqui legitimidade como qualquer outro que esteja com funções delegadas pela Sra. Presidente, como esta tem delegadas pela Câmara Municipal. Disse que a primeira nota negativa que deixa é efetivamente este tentar tirar dividendos políticos de algo que devia ser de todos, em torno do qual deviam estar todos unidos, para conseguir melhores resultados. Disse que, em relação à reunião que teve lugar, todos tiveram conhecimento do que saiu na comunicação social, a Sra. Presidente e o Sr. Vereador Bruno disseram aqui o que se passou, e vão aguardar para ver. Referiu que percebe a questão dos médicos, foi sempre essa a questão nas reuniões que tiveram, mas está à espera de atitudes políticas para resolver essa situação e para resolver a questão das valências que lhes foram tirando ao longo destes anos. Sublinhou que os factos da história estão aí, tudo começou quando a maternidade saiu para Abrantes, todos ficaram quietos, como ficaram com a saída da cardiologia e tudo mais. Disse que não podem querer tudo mas a medicina interna, as urgências médico-cirúrgicas e a pediatria são fundamentais para qualquer hospital e espera que não se esqueçam do que foi dito, que os Srs. Deputados também não se esqueçam do que disseram porque, recordou, há uns dois anos atrás, antes das autárquicas, na Câmara, os Vereadores do PS tinham uma posição, e os Srs. Deputados do PS que vieram cá tinham outra, é bom que se lembrem disso e que não mudem consoante é o governo, porque, nestas coisas da saúde, não têm que mudar, têm que ser coerentes, senão estão a faltar ao respeito a quem os elegeu. Disse que, em sua opinião, se o Sr. Ministro convoca para as reuniões os Srs. Deputados estes devem ir, não tem nada contra, mas não devem ser eles os primeiros a ser informados das decisões ou os eleitos locais tomarem conhecimento das situações através da comunicação social. Disse que, aparentemente, a reunião foi positiva, e vão aguardar pelos resultados, que eles venham rapidamente, para bem de todos os tomarenses e de quem usufrui do Hospital de Tomar. Disse que a questão de as pessoas não estarem obrigadas ao hospital de referência é muito importante porque, se assim for, se calhar, naturalmente, muita gente começa a ir para Coimbra e não para sul - conhecem situações de pessoas que tiveram acidentes e foram para Coimbra mas, como o hospital de referência em casos de ortopedia era Abrantes, tiveram que estar uma série de dias à espera, alguns até para intervenções





cirúrgicas -, é uma situação que não depende de médicos mas de uma decisão política. Disse que, com tudo isto que se passou politicamente, se calhar, o desenlace vai acontecer – não sabe, quem está na coligação saberá melhor mas, no mandato anterior, a meio do mandato, o PS tirou o tapete ao PSD, por razões que já se adivinhavam mas eram essencialmente políticas; agora, acha que as razões terão outro conteúdo e, se calhar, a meio do mandato também, percebe-se que a CDU não queira estar ligada à gestão em que tem participado até agora, não é novidade para si que isto possa acontecer, embora perceba também as razões. Disse que não percebe é que a Sra. Presidente tenha dito que o técnico de informática não foi ainda admitido e o Vereador Bruno Graça diga que foi admitido; assim como não percebe que, hoje, tenha visto dois chefes de gabinete, não percebe e não entende como é que uma pessoa está cá a trabalhar, se não é chefe de gabinete desde um de janeiro e também não é técnico de informática. Disse que não era para falar nisto e ia aguardar mas, depois do que foi dito, confiando no que a Sra. Presidente disse, pois tem a responsabilidade do pessoal – e confiar no que a Sra. Presidente disse é duvidar do que disse o Vereador Bruno Graça – obviamente tem que colocar pelo menos esta interrogação: se a pessoa não é uma coisa nem outra porque é que está cá a trabalhar. Disse que agradece se a Sra. Presidente tiver algum esclarecimento a dar mas, se não tiver, passará bem sem ele porque, a partir do momento em que a questão do Chefe de Gabinete é resolvida desta forma não tenciona voltar a falar no assunto, ficando a aguardar a resposta aos requerimentos que fez e, como já disse, se depois entenderem que se justifica pedirão as auditorias que, no início do mandato anterior, foram negadas pela coligação PS/PSD. De seguida, passou a referir algumas questões que entende deverem ser tidas em atenção. No que se refere ao Mercado, perguntou para quando a sua abertura e se pensaram na questão que aqui colocou sobre os preços e as taxas a pagar pelos vendedores. Disse que, mesmo que os preços sejam os mesmos de quando o mercado encerrou a realidade económica do concelho e de quem trabalha no mercado não é a mesma, perderam clientes, tiveram grandes encargos e grandes custos e não foram compensados, nomeadamente quando estiveram fechados e não puderam trabalhar, foram tomadas deliberações que se mantêm em vigor e as pessoas não foram compensadas, e acha que o mínimo que se podia fazer era ter isso em atenção nos próximos dois ou três anos, com alguma redução de taxas, mesmo com referência às taxas que vigoravam quando o mercado encerrou. No que se refere ao rio Nabão, disse que quem vai ao Hotel, ou passa no jardim ou no Mouchão, se depara com tudo sujo, acha que deviam ter vergonha de como aquilo está e planear uma intervenção a sério, pelo menos nesta zona da cidade e, depois, a montante até ao Açude de Pedra. No que



*[Handwritten signature]*

45

se refere aos sanitários públicos, disse que é um assunto que já quase cansa falar dele, já aqui o abordou no ano passado e reitera-o agora, no início do ano, porque vem aí o verão e os turistas. Sublinhou que há projetos de arquitetura que não se executaram, as casas de banho públicas estão fechadas e não percebe porquê. Reiterou também a situação da falta de iluminação pública para quem sai muito cedo de casa e as dificuldades que a falta de iluminação acarreta para as pessoas. Disse que não quer fazer uma conexão entre os acidentes nas passeadeiras e a iluminação pública mas é uma situação que devia ser revista. Lembrou que se mantém a vergonha dos passeios em calçada na Rua Voluntários da República, apesar de falar no assunto constantemente e de a Sra. Presidente lhe ter dito que começariam as obras em setembro. No que se refere à limpeza urbana, disse que sabe as dificuldades que existem por força de algum desinvestimento que houve e que é necessário algum investimento, que se nota uma grande preocupação, e bem, na zona histórica, um esforço maior na Corredoura e na Praça da República, mas há sítios em que não há varredura há muito tempo, as pessoas queixam-se e é lamentável o estado em que algumas ruas estão. Disse que há-de fazer chegar uma fatura dos SMAS para tentarem perceber como é que é possível um espaço não habitacional, durante seis meses sem consumo de água, ter uma fatura de quase seiscentos euros para pagar, só de taxas, o que considera grave, incomportável e absurdo. Saliu que, mais tarde ou mais cedo, têm que debater a situação do Plano Diretor de Saneamento Básico pois sabem que isto cresceu muito a pensar na Águas do Centro, em alta, sabem que há muitos coletores em baixa que estão por fazer e há muitos em alta que estão vazios, e acha que devia ser repensado. Disse que não é economicamente viável ter uma única ETAR no concelho pois, se ocorrer um problema, a situação é grave em termos ambientais, e também é incomportável continuar com aquele plano, fazer todos aqueles coletores em alta. Referiu que havia um plano anterior que previa várias ETARs e pequenos aglomerados com fossas sépticas bem dimensionadas, que o carro ia vazar quando era necessário, sem qualquer custo, porque a ideia era que todos pagassem o mesmo de acordo com o consumo de água, quase tudo trabalharia por gravidade. Disse que estas questões têm que ser repensadas e estão disponíveis para isso, porque é impensável uma fatura de mais de trinta milhões de euros para resolver isto, há que por o assunto à discussão, sendo mais uma daquelas áreas em que devem estar todos unidos porque os tempos são outros, o tempo das vacas gordas já passou e não volta.-----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** informou que, na próxima semana, vai ter uma reunião com os vendedores do mercado, onde irá ser colocada a questão da criação de uma comissão de



*[Handwritten signature]*

46

vendedores, para dialogar com os serviços municipais ligados ao funcionamento daquele espaço. Quanto à questão dos preços, disse que era bom que pensassem o que é que está em causa porque, se há algumas pessoas que dizem o que disse o Vereador Pedro Marques também há outras que dizem que não estão disponíveis para estar a sustentar as pessoas que lá estão a vender. Disse que os preços das bancas do peixe rondam os vinte sete euros por mês e têm que pesar o que custa a banca, a eletricidade, a água, a máquina do gelo e a limpeza, sendo um preço que não acarreta prejuízos graves para os vendedores. Disse que o único preço mais elevado é o das lojas que varia em função da área: nove euros e meio por metro quadrado até treze metros quadrados, a grande maioria das lojas, e onze euros e meio quando a área é superior. Disse que a posição que têm vindo a defender é que, mais do que baixar os preços do mercado, pois seriam sempre valores irrelevantes, a Câmara Municipal deve fazer um esforço muito grande em termos de marketing do espaço pois é aí que dá a grande ajuda aos vendedores. Disse que, do seu ponto de vista, mais do que baixar estes valores que já são por si baixos e não criam grandes problemas de futuro aos vendedores, é aí que a Câmara tem que investir, para que os vendedores ganhem e fidelizem público, e isso passa por um marketing forte, uma comissão de vendedores que leve esta visão para a frente; acha que é por aí o caminho da modernização, para conseguirem por o mercado a funcionar com sucesso para o futuro. Disse que todos os vendedores sabem quanto vão pagar aos preços atuais e que essa irá, naturalmente, ser uma questão que vai ser colocada na reunião que vai ter lugar, e vai ser discutida sem haver nenhuma decisão prévia, vão conversar e confrontar onde é que, neste momento, o investimento é mais necessário, e, depois, trará aqui ao Executivo o que resultar dessa reunião. Informou que a abertura do mercado está prevista para este mês de janeiro mas entendem que deviam abrir com as coisas concluídas e as condições atmosféricas não estão a ajudar para proceder à pintura exterior, pelo que, se o tempo assim permanecer têm que decidir se abrem ou não sem a pintura da fachada. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** reforçou que, por razões óbvias, não se atrevia a fazer nenhuma proposta sobre a questão dos preços e da compensação aos vendedores. Disse que o Vereador Bruno Graça tocou no ponto, o que é sinal que conhece a realidade. Disse que é preciso tomar medidas e não podem deixar de analisar a questão do encerramento pela ASAE, pois, nessa altura, os comerciantes ficaram prejudicados, tiveram que encerrar e ninguém os compensou pese embora a Câmara tenha deliberado essa compensação – não podem deixar que as deliberações aqui tomadas não se cumpram, é um mau princípio – para já não falar na questão do incêndio, que também deixou pessoas prejudicadas, e, se calhar, também houve



47

alguém responsável – não sabe, nunca veio cá nenhum relatório da ocorrência. Disse que a questão principal é a fidelização da clientela e a discrepância que há entre preços porque, no caso do peixe, a Câmara investiu no frio e paga mensalmente, e, nas lojas, cada lojista paga os seus encargos. Sublinhou que, nas lojas que pagam mensalmente cerca de trezentos euros, ainda acrescem os encargos com a eletricidade e tudo mais, questionando se é rentável para alguém, com a clientela que hoje tem, ter lá uma loja aberta. Disse que os vendedores lhe colocam as questões fruto do conhecimento de há muitos anos, quando frequentava o mercado com o seu pai, e não é veículo de ninguém em termos pessoais – ou se é, aconteceu pelo menos uma vez, levou as pessoas a falar com o Vereador – mas acha que esta discrepância de preços face ao mercado que cada um tem deve ser avaliada. Referiu que o Vereador tem o conhecimento da realidade e dispõe de funcionários que conhecem bem aquilo, estando em melhores condições para avaliar a situação e ver se pode haver alguma compensação para que as pessoas possam desenvolver a sua atividade. Disse que cada comerciante que fechar é negativo para todos os outros e que essa política de marketing deve ser feita para que haja um chamariz de pessoas ao mercado, porque houve muitos que se desabituarão de ir e vai ser muito complicado readquirirem o hábito. Disse que, nas bancadas, só tem sido colocada a questão de quem tem mais do que um tipo de produtos ter que ter bancas diferentes e não ter pessoal para dar essa resposta; no peixe houve um grande investimento da Câmara e, se calhar, o preço é barato, comparativamente com as lojas que têm que pagar tudo a custos próprias, e, face aos clientes que têm, não têm rentabilidade para isso. -----

**A Sra. Presidente** reiterou que há que criar o hábito de as pessoas voltarem ao mercado e que essa responsabilidade tem que ser assumida também pelos comerciantes, por exemplo através do alargamento do horário de funcionamento, porque o que a Câmara pretende é que o mercado se assuma quase como uma alternativa às grandes superfícies. No que se refere aos preços, disse que, podendo concordar que as bancas do peixe são muito baratas - porque a Câmara teve que comprar a arca frigorífica e assume os custos todos – podendo ser caro nalguns casos, nomeadamente os talhos, esbarram no regulamento das taxas de dois mil e treze, que não prevê que a Câmara possa conceder isenções, total ou parcialmente. Disse que, se for decidido um eventual ajuste de preços obriga a alteração do regulamento, cuja remodelação, aliás, se encontra a ser trabalhada. No que se refere à limpeza urbana, disse que são os primeiros a reconhecer que se melhorou nalguns pontos da cidade mas há outros que precisam de intervenção, havendo exemplos de ruas onde a limpeza só chega a meio (a



48

Avenida Nuno Álvares pereira, por exemplo). Disse que os constrangimentos são muitos e que, quer o orçamento dos SMAS para este ano, quer o respetivo mapa de pessoal, vão no sentido de reforçar esta área de atividade. Recordou que, na última reunião, já explicou a situação em termos de iluminação pública, e informou que a EDP já foi notificada na parte da programação do relógio. Sobre os sanitários públicos, informou que tinham pedido um parecer à DGPC sobre a intervenção a realizar nos sanitários localizados junto à Capela de São Gregório, parecer que foi negativo e obriga a reformulação; que os sanitários junto à estação não têm condições nenhuma e que pretende manter abertos os sanitários junto à Igreja de Santa Maria dos Olivais, ao fim-de-semana, como tem sido reivindicado, através da reformulação das escalas de serviço das trabalhadoras que asseguram essas funções para ver se o conseguem assegurar. No que se refere ao rio Nabão, informou que, dependendo das condições climáticas, em maio, está prevista uma intervenção mais global na zona urbana do rio, intervenção que inclui a reconstrução do açude a sul e a colocação de comportas. No que se refere à situação dos concursos de mobilidade, garantiu que não despachou nenhum concurso, não tem nenhum concurso terminado e estão a decorrer os prazos de audiência do CPA.-----

**O Sr. Vereador António Jorge** começou por reafirmar que, neste conjunto de eleitos pelos cidadãos de Tomar, nas questões da saúde não há política e não tem havido cor política. Disse que, com consenso e com discussão, conseguem efetivamente rumar a que todos os cidadãos voltem a ter aquilo que perderam nos últimos anos. Disse que, tal como já reforçou em anteriores reuniões, será importante que, quer a Sra. Presidente quer os Srs. Vereadores com pelouros reforcem a importância dos assuntos para Tomar, em sede própria, nas instituições, nos ministérios, porque só assim, com persistência, se consegue reforçar o nosso interesse, não é com telefonemas e e-mails. Lamenta que a deslocação não se tenha verificado há mais tempo pois têm que reforçar os nossos interesses e, sem dúvida, estar sempre presentes junto de quem de direito porque, senão, não trazem as causas à nossa cidade e continuam a perder. Disse que as deslocações devem continuar até porque veio a público que o ensino artístico continua prejudicado no nosso concelho, está na hora de voltar a Lisboa e bater à porta dos responsáveis, porque os ordenados continuam em atraso e há alunos que estão a ser prejudicados. Disse que, sem cores, têm que potencializar a forma de fazer política. Disse que o Vereador Bruno Graça acusa sempre alguns partidos mas, como tem o pelouro da saúde tem que fazer a sua função, bater à porta de quem de direito porque, se andarmos a subir e a descer a Alameda, não se resolvem os assuntos, temos que nos deslocar aos sítios onde eles se resolvem. Voltando à política de Tomar, mais concretamente à Câmara, disse que o PS de



9

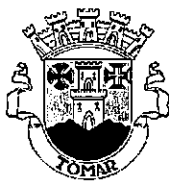
A

Tomar não entrou em dois mil e dezasseis com o pé direito pois aquilo que parecia correr bem e ter condições para fazer dois ou três mandatos à frente da Câmara Municipal, tornou-se, no início deste ano, a revelação do que tem sido a má fé de alguns intervenientes, a colocarem em causa a postura de homens de bem que têm feito um percurso extraordinário ao longo da vida e que, por vezes, são colocados em causa ao ponto de terem que baixar a cabeça para não sofrer mais. Disse que o PS de Tomar tem que repensar muito bem se quer ganhar as próximas eleições autárquicas, tem que equacionar o número de pessoas e o seu comité central tem que mudar a postura. Disse que vimos hoje a renúncia do Rui Serrano, um excelente homem e um vereador com valor, e acredita que, nos próximos meses, o vereador da Coligação vai fazer o mesmo e o PS vai ficar muito fragilizado. Referiu que, como todos dizem em Tomar, as coisas já não eram para durar tanto tempo porque a gestão endrominada por pessoas que não dão a cara colide efetivamente com pessoas de valor e de bem. Disse que, no domingo passado, a Praça da República acordou com centenas de garrafas de vidro espalhadas por todo o lado, assunto que já não é a primeira vez que aqui é abordado. Disse que temos que reforçar e equacionar um conjunto de situações por forma a resolver esta questão porque somos uma cidade reconhecida pelo turismo, visitada por milhares de pessoas por semana - no último fim-de-semana muitas centenas de pessoas passaram por Tomar, para dormir, nacionais e estrangeiras - e o estado da Praça, onde toda a gente passa, não abona nada o que é Tomar. Salientou que o Sr. António Leiria, dos Amigos do Fado, tocou um ponto que não devemos descurar, devemos reforçar junto das produtoras dos espetáculos que o nosso concelho tem artistas, muitos pratos gastronómicos e um conjunto de atividades económicas que podem ser potenciadas e valorizadas, em Portugal e no mundo. Disse que pode haver uma conversa prévia para lembrar quem quer fazer os diretos de Tomar que temos prata da casa, e que isso pode ser benéfico para o concelho, para os seus residentes e para aqueles que, em todo o lado do mundo, sendo de Tomar, nos observam e recordam com carinho aquela que é a sua cidade. Referiu que tem que tocar no assunto da não resposta ao outro cidadão porque toda a gente merece uma resposta, independentemente, por vezes, do conteúdo da explanação, ou do que o move a vir aqui - às vezes até se torna repetitivo - mas toda a gente merece uma resposta, e não é por um ou outro ponto que devemos deixar de informar certas coisas ou recolher a informação que é prestada e redirecioná-la para os canais mais apropriados. Disse que é uma questão de respeito e de sensatez perante uma pessoa que vem dar uma opinião, como prevê o regimento, e a não resposta não é uma solução. -----



**A Sra. Presidente** disse que não partilha da opinião do Sr. Vereador pois no que se refere à reclamação a resposta foi dada, atempadamente, tendo até fornecido cópia da mesma aos Srs. Vereadores. No que se refere à deslocação ao Ministério da Saúde, informou que, na anterior tutela foram cinco ou seis vezes a Lisboa e nunca foram recebidos pelo Ministro, e não desistiram. Disse que, agora, lhes foi pedido algum tempo para analisar a solução, parecendo-lhe razoável que deem um tempo que considerem razoável antes de voltar à carga. Sobre os programas televisivos, disse que a Câmara fornece uma relação de associações, restaurantes e hotéis mas a seleção é da responsabilidade das produtoras, e que estiveram artistas locais em todos os programas que vieram a Tomar mas não foi a Câmara quem os escolheu. -----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** disse que sorriu quando foi referido o ensino artístico porque os responsáveis pela situação foram o Sr. Nuno Crato, Ministro do PSD, e o Sr. José António, da DGESTE, claramente de má fé, nem sequer se trata de incompetência, porque os Srs. responsáveis pela área financeira da DGESTE já lá estão há trinta anos e, o ano passado, fizeram exatamente a mesma coisa, mandaram os contratos de patrocínio para o Tribunal de Contas todos mal feitos e ninguém acredita que Drs., há tanto tempo no serviço, que ganham tanto, não saibam como se manda um processo para o Tribunal de Contas, quais são os documentos necessários. Disse que, o ano passado, não foram capazes de o fazer corretamente e, este ano, tornaram a não o fazer e só os enviaram depois do prazo de pagamento da primeira tranche ter terminado, revelando má fé. Disse que teve que sorrir porque isto tem nomes e tem responsáveis, essa questão de não haver responsáveis de coisa nenhuma ... há responsáveis sim e, no caso do ensino artístico, da autêntica destruição do ensino artístico, tem um responsável ou uma área responsável, o governo que lá esteve PSD/CDS, foi esse governo que esteve lá. Disse que, agora, se for resolvido, é outro governo que resolve, o tal que tem a muleta da CDU, e foi o da muleta que veio cá fazer uma conferência de imprensa, que saiu nas televisões nacionais, e foi o da muleta que, no dia seguinte, foi reunir com o Sr. Ministro, não andou na Alameda Um de Março para cima e para baixo, ao contrário de si, que o faz, porque mora lá em cima e gosta muito de andar a pé, mas não é papagaio, aquilo que fala sabe, e muitos falam e não sabem sequer do que estão a falar porque nem aos sítios vão. Referiu que veio cá um responsável sindical reunir com as escolas, fez a conferência de imprensa e, no dia seguinte, estava reunido com o Ministro para tratar do assunto e o Governo efetivamente comprometeu-se a disponibilizar a verba até ao dia trinta e um de dezembro. Disse que estão convencidos que, esta semana, o problema vai ficar resolvido mas foi outro governo que quis resolver o problema. Disse que as decisões da CDU



*[Handwritten signature]*

são tomadas pela CDU nos momentos que esta entende corretos e tranquilizou o Vereador e a respetiva bancada que a CDU não sai, está para cumprir as suas tarefas e as suas responsabilidades e vai até ao fim como está, talvez agora de uma maneira diferente. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** lembrou o que aqui tem dito em relação às esplanadas e à responsabilidade que quem as detém tem que ter na manutenção e limpeza dos espaços, até para que, caso não esteja possa ser previsto no regulamento. Disse que se sente por aí algum deixa andar e que muita gente tem essa responsabilidade porque são os estabelecimentos que vendem as bebidas, as pessoas fazem lá o lixo e, nalguns casos, reclamam que são os trabalhadores do Município quem tem que fazer a limpeza. Disse que os comerciantes são os principais beneficiados com o turismo mas têm que ter uma atitude positiva nesta questão. Tendo em conta a declaração do Vereador Rui Serrano, lamentou que deixe as responsabilidades que tem e agradeceu-lhe publicamente o apoio e a colaboração que deu sempre que a ele se dirigiu. -----

**A Sra. Presidente** deu conhecimento que o Município apresentou duas candidaturas, uma ao programa PEPAL, para promoção de estágios profissionais, e outra para as Intervenções pós-incêndio, no valor de cento e vinte mil euros, na área das duas freguesias atingidas. Disse que esta última só foi possível no limite do prazo, com a ajuda da Associação dos Produtores Florestais dos Templários, a quem agradeceu publicamente, e que, mesmo assim, não conseguiram carregar os parcelares de todas as parcelas onde vão intervir. -----

**Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:** -----

**BALANCETE:** - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia trinta de dezembro do ano de dois mil e quinze, o qual acusa os seguintes saldos: dois milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil trezentos e sessenta e quatro euros e dezanove cêntimos (2.355.364,19€) em Operações Orçamentais, e cento e noventa e nove mil oitocentos e sessenta e seis euros e três cêntimos (199.866,03€) em Operações Não Orçamentais. -----

**PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE:** -----

**N.º 01 - REGULAMENTO INTERNO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO ASSOCIATIVISMO – alteração aos artigos 4.º e 9.º** -----

Foi presente a seguinte proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a alteração dos artigos 4.º e 9.º do regulamento interno de atribuição de apoios ao associativismo: "Pela experiência obtida no decurso do primeiro ano de implementação do





*[Handwritten signature]*

novo sistema de apoio, constatou-se alguma dificuldade interpretativa, face aos montantes máximos de apoios versus a tipologia dos mesmos, com especial incidência sobre o conceito de "isenções", que com estas alterações propostas, se passa a denominar "descontos".-----

Clarifica-se assim, concretizando melhor dessa forma o objetivo que se pretende atingir, que é o de que todos os apoios fornecidos às associações possam ser contabilizados, de forma a tornar claro e justa, a efetiva comparação entre apoios fornecidos pela autarquia. -----

Exclui-se também desses descontos, as isenções autónomas tomadas pela câmara municipal, com base no relevante interesse municipal ou público da atividade/iniciativa/evento, bem como todos os jogos dos calendários oficiais, das respetivas associações/federações desportivas. -----

Melhoram-se também, as garantias de apoio, subindo o valor mínimo de apoio financeiro, descontados que sejam os apoios logísticos e de descontos, de 25% para 30%, face ao valor máximo de apoio, deliberado pela câmara municipal. -----

Assim, se propõe que sejam alterados os artigos:-----

**Artigo 4º - REDAÇÃO ATUAL** -----

**(Tipos e vigência dos apoios a conceder)** -----

1. Os apoios a conceder são de três tipos: financeiros, logísticos e a nível de isenções sobre as taxas e preços municipais e, para efeitos dos programas definidos no artigo anterior, quando são definidos valores de apoio, neles se consideram incluídos todos os três tipos. -----

2. (...)-----

3. Por força da contabilização dos apoios logísticos e a nível de isenções, o total do apoio financeiro a prestar a cada associação não pode ser inferior a 25% do aprovado, considerando-se o que exceder para os apoios do ano seguinte.-----

**Artigo 4º - REDAÇÃO PROPOSTA**-----

**(Tipos e vigência dos apoios a conceder)** -----

1. Os apoios a conceder são de três tipos: financeiros, logísticos e a nível de descontos sobre as taxas e preços municipais a aplicar sobre as associações genericamente consideradas quando não objeto de apoio ao associativismo e, para efeitos dos programas definidos no artigo anterior, quando são definidos valores de apoio, neles se consideram incluídos todos os três tipos. -----

2. (...)-----

3. Por força da contabilização dos apoios logísticos e a nível de descontos, como tal definidos no número 1., o total do apoio financeiro anual, considerados todos os programas, a prestar a



*[Handwritten signature]*

cada associação, não pode ser inferior a 30% do máximo aprovado, considerando-se o diferencial positivo desse ano, como desconto a aplicar aos apoios do ano seguinte. -----

4. Encontram-se excluídos da contabilização dos apoios, as isenções de pagamentos, deliberados autonomamente pela câmara municipal, com fundamento no relevante interesse municipal ou público da atividade/iniciativa/evento, bem como todas as atividades desportivas dos calendários oficiais, das respetivas associações/federações desportivas.-----

**Artigo 9º - REDAÇÃO ATUAL**-----

**(Procedimentos para os programas de apoio)**-----

1. Os programas de apoio definidos no artigo 3º, obedecerão às regras seguintes:-----

a) (...)-----

b) Os apoios logísticos e as isenções posteriormente aprovadas, contarão para todos os efeitos, como apoio prestado e deverão ser resultado de desconto prévio ou acerto, até aos dois anos seguintes.-----

(...)-----

**Artigo 9º - REDAÇÃO PROPOSTA**-----

**(Procedimentos para os programas de apoio)**-----

1. Os programas de apoio definidos no artigo 3º, obedecerão às regras seguintes:-----

a) (...)-----

b) Os apoios logísticos e de descontos, constantes e como tal definidos no número 1 do artigo 4º, contarão para todos os efeitos como apoio prestado, devendo ser resultado de desconto prévio ou acerto final, a concretizar nos apoios do próprio ano ou no máximo até aos dois anos seguintes, garantidos que sejam os mínimos definidos, em cada ano e previstos no numero 3 do artigo 4º, excluídos os designados no numero 4 também do artigo 4º. -----

(...)."-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar as alterações aos artigos 4.º e 9.º do regulamento interno de atribuição de apoios ao associativismo, nos termos propostos, ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por três votos a favor, o voto contra do Sr. Vereador Bruno Victor Domingos Graça e a abstenção dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques.-----

**N.º 02 - APOIO AO ASSOCIATIVISMO EM 2016 – definição das atividades a apoiar e valores máximos do apoio**-----



*[Handwritten signature]*

Foi presente a seguinte proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a definição das atividades a apoiar e aos montantes máximos do apoio a conceder em 2016 no âmbito do regulamento interno de atribuição de apoios ao associativismo: "1. Montantes máximos de apoio à atividade cultural e recreativa regular [alínea a) do número 1 do artigo 3º do regulamento de apoio]: **80.000€**; -----  
2. Montantes máximos de apoio eventos ou projetos de âmbito cultural [alínea a) do número 2 do artigo 3º do regulamento de apoio]: **120.000€**; -----  
3. Atividades passíveis de financiamento [alínea a) do número 1 do artigo 9º]: -----

Tipologia de formação	Montante máximo a atribuir	Descrição do tipo de formação	Bolsa de Eventos (quantidade de participações)
Banda Filarmónica	4.000 €	Formação com atividade regular de ensaios e atuações, excluindo formações que decorram dos planos curriculares das escolas de música.	4
Escola de música	3.000 €	Escola de música oficial e não oficial.	5
Grupo coral	2.000 €	Formação com atividade regular de ensaios e atuações, excluindo formações que decorram dos planos curriculares das escolas de música.	5
Grupos de cantares e tunas	300 €	Formações musicais de carácter popular.	6
Outros grupos instrumentais	100 €	Outras formações musicais.	1 atuação por cada formação
Escola de dança	2.000 €	Escola de dança oficial.	5
Outras formações de dança	100 €	Outras formações de dança.	1 atuação por cada formação
Grupo de teatro	3.300 €	Formação com atividade regular de ensaios e atuações.	3
Grupos folclóricos	2.200 €	Formação federada.	3
Grupos de animação medieval	1 500 €	Formação com atividade regular de treinos e atuações.	5
Cineclubes	1.250 €	Apresentação de sessões semanais de cinema não comercial.	5

4. Montantes máximos de apoio à atividades desportiva federada e de formação ou atividades de recreação com carácter regular [alínea b) do número 1 do artigo 3º do regulamento de apoio]: **150.000€**; -----  
5. Montantes máximos de apoio eventos ou projetos [alínea b) do número 2 do artigo 3º do regulamento de apoio]: **60.000€**; -----



6. Montantes máximos de apoio regular às associações de juventude, incluindo ações, atividades, eventos ou projetos [do número 3 do artigo 3º do regulamento de apoio]:

**10.000€;**-----

7. Atividades desportivas passíveis de financiamento [alínea a) do número 1 do artigo 9º]: ---

---a) **Modalidades Federadas / desportos coletivos**-----

Escalão	Quadro competitivo	Valor máximo apoio (€)
Júnior / Juvenil / Iniciado ou equiparado	1ª Nacional	4 800 €
	2ª Nacional	3 600 €
	Outra nacional	2 800 €
	Distrital ou equivalente	2 400 €
Infantis / Escolas ou equiparados	Nacional	2 400 €
	Distrital ou equivalente	1 600 €
Sénior / Veteranos	Nacional	2 400 €
	Distrital ou equivalente	1 600 €

---b) **Desportos individuais / atleta**-----

Escalão		Valor máximo apoio (€)
Sénior / Veteranos / Júnior / Juvenil / Iniciado / Infantis / Escolas ou equiparado	Por inscrição na respetiva federação	75 €
	Bónus por participação em nacionais (1)	250 €

---c) **Modalidades não federadas**-----

Modalidades individuais e coletivas – por modalidade e nível de participação	Valor máximo apoio (€)
Local / Distrital / Regional ou equiparado	250 €
Nacional	700 €

(1) a atribuir no ano seguinte -----

---d) As modalidades que usarem a infraestrutura das Piscinas Municipais, têm um incremento de 20% nos valores máximos de apoio.”. -----



*[Handwritten signature]*

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta nos seus precisos termos. -----

Esta deliberação foi tomada por três votos a favor e a abstenção dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, Pedro Alexandre Ramos Marques e Bruno Victor Domingos Graça.-----

**INFORMAÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE:**-----

**N.º 03 - COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS NA SENHORA PRESIDENTE – despachos ao abrigo da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro** -----

Foi presente, para conhecimento, listagem dos despachos proferidos pela Sra. Presidente em dezembro de 2015, ao abrigo da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, objeto de delegação por deliberação de 22 de outubro de 2013.-----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**N.º 04 - REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS – Lei n.º 52/2015, de 9 de junho** -----

Foram presentes, para conhecimento, as informações prestadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP sobre o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, e pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo no contexto da respetiva implementação. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**N.º 05 – MEMORANDO DOS ASSUNTOS ABORDADOS NA REUNIÃO COM A EPAL** -----

Foi presente, para conhecimento, o memorando dos assuntos abordados na reunião realizada a 14 de dezembro de 2015 com a EPAL. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:** -----

**N.º 06 - CEDÊNCIA DE VEICULO LIGEIRO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR**-----

Foi presente a informação n.º 7433/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a cedência de viatura ao Centro Cultural e Desportivo da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Tomar, nos dias 21 e 22 de novembro de 2015, dando origem a uma despesa de 13,30€.-----



*[Handwritten signature]*

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizou a referida cedência. -----  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 07 - CEDÊNCIA DE GASÓLEO PARA ABASTECIMENTO DO AUTOCARRO DO UNIÃO FUTEBOL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE TOMAR -----**

Foram presentes as informações n.ºs 2991/2015 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, e 7445/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência de gasóleo para abastecimento do autocarro do União Futebol Comércio e Indústria de Tomar, atenta a impossibilidade de cedência do autocarro municipal no dia 12 de dezembro de 2015, para participação em Torneio de Veteranos em Alcains, correspondendo a uma despesa de 371,79€. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente n.º 2069/DAJA/2015, que autorizou a cedência de combustível. --  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----**

**N.º 08 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER -----**

Foi presente o processo n.º 454/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Brejinho, inscrito na matriz sob o artigo n.º 133, secção R, da Freguesia de Asseiceira, de que é titular Cabeça de Casal da Herança de Manuel Freire, com informações n.ºs 6568/2015 e 6606/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Brejinho, inscrito na matriz sob o artigo n.º 133, secção R, da Freguesia de Asseiceira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa. ---  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 09 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER -----**

Foi presente o processo n.º 453/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Brejinho, inscrito na matriz sob o artigo n.º 85, secção S, da Freguesia de Asseiceira, de



*[Handwritten signature]*

que são titulares Manuel de Freitas Lima, Filomena Maria Boavista Lima Figueiredo e Cabeça de Casal da Herança de Arlete Aurora Boavista de Freitas Freire, com informações n.ºs 6571/2015 e 6605/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Brejinho, inscrito na matriz sob o artigo n.º 85, secção S, da Freguesia de Asseiceira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.--- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 10 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER**-----

Foi presente o processo n.º 450/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Casal das Freiras, inscrito na matriz sob o artigo n.º 1, secção AG-AG2, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, de que são titulares Antónia Valente de Castro Vidal de Castro, José Valente de Castro Vidal e Maria Otilia Valente de Castro Vidal, com informações n.ºs 6572/2015 e 6604/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em sito em Casal das Freiras, inscrito na matriz sob o artigo n.º 1, secção AG-AG2, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 11 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES**-----

**REQUERENTE: Eduardo Carvalho S. Calvário**-----

No seguimento da deliberação de 11 de maio de 2015, foi presente o processo n.º 1394/1996, relativo ao licenciamento de obras de construção de arrecadação em Alvito de Cima, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista e Santa Maria dos Olivais), em nome de Eduardo Carvalho S. Calvário, com informações n.ºs 4142/2015 e 6547/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a declaração de caducidade do licenciamento em definitivo.-----



*[Handwritten signature]*

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou declarar a caducidade do licenciamento em definitivo, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e a abstenção dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge.-----

**N.º 12 - CERTIFICAÇÃO DO DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO -----**

**REQUERENTE: Henriqueta Maria Dias Pedro, Cabeça de Casal da Herança de António Henriques Pedro -----**

Foi presente o processo n.º 688/EDIF/DGT/2015, em nome de Henriqueta Maria Dias Pedro, Cabeça de Casal da Herança de António Henriques Pedro, relativo à certificação de operação de destaque de parcela de terreno a efetuar no prédio misto sito em Alto da Venda Nova, Queimadas, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 7864, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 93, secção AC, e na matriz predial urbana sob o artigo 2065, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, com informações n.ºs 6673/2015 e 6678/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal proposta de não certificação, pelos fundamentos apresentados.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não certificar a operação de destaque apresentada, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa, promovendo a audiência prévia pelo prazo de 10 dias úteis. -----

Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e os votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge.-----

**DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----**

**N.º 13 - ARRENDAMENTO E SUBARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS DE PRÉDIO URBANO PROPRIEDADE DA FUNZONE - SOCIEDADE DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA, LDA -----**

Foi presente a informação n.º 2992/2015 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a apreciação do Executivo Municipal proposta de adenda ao contrato de arrendamento para fins não habitacionais, celebrado em 23 de Setembro de 2013, relativo ao prédio urbano com o artigo matricial 5377 da extinta freguesia de Santa Maria dos Olivais, correspondente ao atual artigo matricial 6080 da União das Freguesias de Tomar, propriedade da Funzone - Sociedade de Animação Turística, Lda.-----

Foi ainda presente a informação n.º 2996/2015 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a apreciação do Executivo Municipal nova minuta do contrato de





*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

subarrendamento do mesmo imóvel, para fins não habitacionais, a celebrar com a Softinsa - Engenharia de Software Avançado, Lda, para instalação de um centro de inovação e tecnologia e outros serviços diretamente relacionados com a sua utilização principal, contendo alterações à minuta aprovada por deliberação de 25 de maio de 2015.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do aditamento ao contrato de arrendamento para fins não habitacionais celebrado a 23 de setembro de 2013 com a Funzone - Sociedade de Animação Turística, Lda.-----

Mais deliberou aprovar a minuta do contrato de subarrendamento a celebrar com a Softinsa - Engenharia de Software Avançado, Lda, revogando a deliberação tomada a 25 de maio de 2015, na parte respeitante ao referido contrato.-----

Esta deliberação foi tomada por seis votos a favor e a abstenção do Sr. Vereador Bruno Victor Domingos Graça -----

**N.º 14 -EXERCÍCIO DO DIREITO DE REVERSÃO DO LOTE 47 DO PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR -----**

Foi presente a proposta da Sra. Presidente no seguimento das informações n.º 1855/2015 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, e n.ºs 4109/2015 e 6847/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a pronúncia de Alberto Manuel Miranda Ribeiro, em sede de audiência prévia, relativamente à deliberação de 25 de maio de 2015, sobre o exercício do direito de reversão do lote 47 da Zona Industrial, agora designado Parque Empresarial de Tomar, e ao processo de que é titular referente à comunicação prévia de obras de construção de edifício destinado a comércio e uso geral (armazém), a edificar no referido lote.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, atendendo ao interesse que o desenvolvimento económico assume para o concelho, que se trata de uma empresa premiada e que visa a criação de postos de trabalho no concelho, deliberou:-----

- 1.- Não declarar a caducidade em definitivo da admissão da comunicação prévia das obras, mediante o pagamento das taxas devidas em 10 dias úteis;-----
- 2.- Suspender a eficácia da deliberação de 25 de maio de 2015 sobre o exercício de direito de reversão do lote 47, até à verificação do cumprimento do referido em 1, ao abrigo da alínea b) do artigo 157.º do CPA.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----**



## **N.º 15 - CONTRATO DE CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO CINETEATRO PARAÍSO PARA EXIBIÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE CINEMA -----**

Foi presente a proposta da Sra. Presidente no seguimento da informação n.º 3008/2015 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a resposta apresentada pelo cessionário no seguimento da deliberação de 3 de agosto de 2015, em sede de audiência prévia à intenção de resolução do contrato de cessão de exploração do Cineteatro Paraíso, celebrado a 17 de janeiro de 2012.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou manter em definitivo a decisão de resolução do contrato, atendendo a que da resposta do cessionário, em sede de audiência prévia, não resulta alteração nos pressupostos.-----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor, os votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, e a abstenção do Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques.-----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge apresentarem a seguinte declaração de voto:” Os vereadores do PSD não concordam com a cessação do contrato de exploração do Cineteatro Paraíso. -----

Com efeito, o cessionário, desde novembro de 2014 que alertou a Câmara Municipal, na necessidade de investir em equipamento de reprodução de filmes digitais, pois já não havia disponíveis filmes com o formato antigo e analógico, tendo que recorrer a DVD para ter cartazes actualizados mas com péssima qualidade e claro, receitas praticamente nulas.-----

Nota-se, da análise dos documentos juntos, que a Câmara Municipal não só não atendeu ao pedido, como também não fez qualquer diligência no sentido de proporcionar ao cessionário a exploração do espaço, dando-lhe condições para exercer a sua atividade, conforme previsto no ponto 3 do contrato de exploração.-----

Estranha-se que a informação da Senhora Chefe de Divisão de 22/12/2014, venha alertar que é imprescindível dar continuidade ao processo de substituição do sistema existente pelo sistema digital, e que a Sr.ª Presidente da Câmara, só em Julho de 2015 é que manda propor o procedimento no sentido de cessar o contrato e recuperar as rendas em atraso, negligenciando o motivo e razão pelo qual levou a que o cessionário tivesse incorrido em mora, conforme o mesmo tinha alertado em Novembro de 2014. -----

De facto o mesmo estava e está obrigado ao pagamento das rendas em atraso, Contudo, é obrigação do cedente prestar todas as condições no sentido de o cessionário poder exercer a actividade comercial que tinha contratado. -----



9  
A

Esta governação PS/CDU não só não prestou as condições para que o mesmo pudesse exercer a atividade, como, numa atitude condenável, vem exigir a resolução do contrato pelo pagamento das rendas, quando bem sabe que o cessionário não tinha possibilidade para exercer a sua atividade e assim pagar as rendas em causa. -----

Reiteramos que esta coligação PS/CDU prefere gastar dinheiro em futilidades e operações propaganda. -----

Neste sentido os vereadores do PSD votam CONTRA." -----

**UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:** -----

**N.º 16 – UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR – Sporting Clube de Tomar** -----

Foi presente a informação n.º 1453/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de isenção dos custos devidos pela utilização do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, para realização do 1.º Estágio Internacional de Patinagem Artística, organizado pelo Sporting Clube de Tomar em colaboração com a Associação de Patinagem do Ribatejo. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Sporting Clube de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações desportivas, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**N.º 17 – UTILIZAÇÃO DE CAMPOS DE TÊNIS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL – Ténis Clube de Tomar** -----

Foi presente a informação n.º 1463/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de isenção dos custos devidos pela utilização de 4 campos de ténis do Complexo Desportivo Municipal, nos dias 19 e 20 de dezembro de 2015, para realização do Torneio de Natal do Ténis Clube de Tomar. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Ténis Clube de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações desportivas, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**N.º 18 – UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO DA NABÂNCIA PELO GINÁSIO CLUBE DE TOMAR - revogação da deliberação de 11 de Junho de 2014** -----



Foi presente proposta da Sra. Presidente no seguimento da informação n.º 1502/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, propondo ao Executivo Municipal a revogação da deliberação de 11 de junho de 2014, relativa à utilização do equipamento da desportivo da Nabância, a produzir efeitos a partir da data de entrada em vigor da nova tabela de preços das instalações desportivas do Município de Tomar. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou revogar a deliberação de 11 de junho de 2014, relativa à utilização do equipamento desportivo da Nabância, nos termos propostos. -----

Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e abstenção dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge. -----

**N.º 19 – TABELA DE PREÇOS DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS DO MUNICÍPIO DE TOMAR**-----

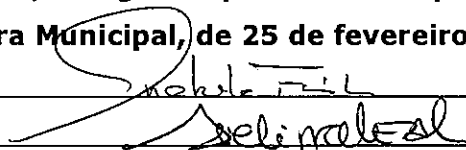
Foi presente a informação n.º 1504/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a tabela de preços das instalações desportivas do Município de Tomar, bem como a proposta que sobre o assunto foi apresentada pela Sra. Presidente.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a tabela de preços das instalações desportivas do Município de Tomar, renomeada tabela de preços a prestar pelos serviços da Unidade de Desporto e Juventude, nos termos propostos, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ---

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e a abstenção dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

**Terminados os trabalhos, sendo dezassete horas e trinta e cinco minutos, a Sra. Presidente, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.**-----

**Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.**----

  
Avelina Maria Lopes Leal